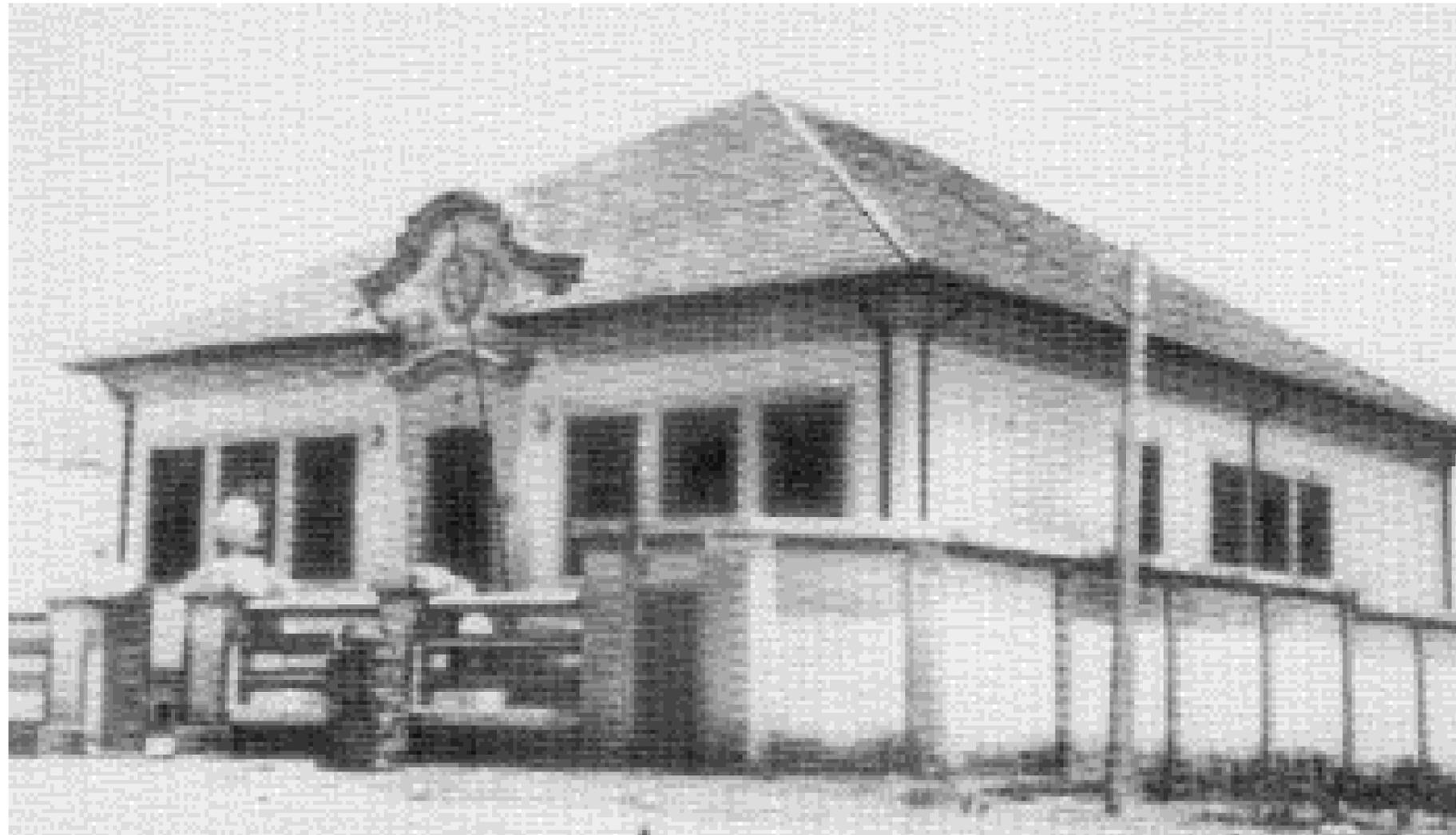




SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Departamento de Manutenção de Próprios da Educação - DMPE

COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU
INVENTÁRIO



FEVEREIRO/2018

Apresentação

A metodologia adotada foi apresentada e aprovada no/pelo CPHAA. O trabalho está estruturado da seguinte maneira: **1. Breve histórico; 2. Envolvimento e contexto urbano; 3. Características gerais e estilo arquitetônico, materiais empregados e técnicas construtivas; 4. Levantamento métrico atual; 5. Alterações arquitetônicas ao longo do tempo; 6. Diagnóstico genérico do estado de conservação atual; 7. Diretrizes para futuras e possíveis intervenções.**

Importante destacar que o Conselho, enquanto órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador dos patrimônios culturais do município, participou do processo na qualidade de mediador e apoiador da elaboração do inventário, cabendo ao poder público municipal sua execução.

Nesse sentido, destacamos a contribuição dos conselheiros durante todo processo de discussão e elaboração dos inventários. São eles: Araci Borges Dias Martins (presidente), Daniel Carlos de Campos (vice-presidente), Walter Rosa, Sonia Mara Simonetto, Rejane dos Santos Silva, Daiane Mendes de Lima, Luiz Gonzaga de Sar Filho, Odair da Cruz Paiva, Rosângela Maria Aparecida dos Santos, Rogério Menezes, Ellen Taís Santana, Tiago Cavalcante Guerra, Armando Colacciopo, Silvío Ribeiro, Rogeli de Oliveira, Carlos Roberto Martins da Cunha, Fábio Valdecioli Cwejgorn e Ana Rosa Neves Metram.

Contou, ainda, com a valorosa e fundamental contribuição das estagiárias de arquitetura Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes.

Toda a pesquisa apresentada fundamenta-se em estudos, identificados nas referências que acompanham este trabalho.

Daniel Carlos de Campos
Arquiteto

Sumário

1. Breve histórico.....	4
2. Contexto urbano e envoltório.....	5
3. Características gerais	7
4. Levantamento métrico atual.....	8
5. Alterações arquitetônicas ao longo do tempo	16
6. Estado geral de conservação	17
7. Diretrizes para futuras e possíveis intervenções.....	18
Referências.....	20

1. Breve histórico

O registro mais antigo do ensino em Guarulhos se refere ao *Livro de Matrículas da Escola de Conceição dos Guarulhos*, livro masculino de 1870-1875, documento que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Durante todo o período colonial e da República Velha, o ensino, de um modo geral, era realizado de maneira informal, em sedes de fazendas e em salas improvisadas em capelas e moradas urbanas.

Noronha (1960) identificou duas salas de ensino de primeiras letras, antes de 1870, mediante depoimentos orais. Bonifácio de Siqueira Bueno (1806-1880), quando jovem, foi mestre-escola em Guarulhos, além de Antônio José Marciano, que possuía uma sala em sua casa, no antigo Largo do Rosário, atual Praça Conselheiro Crispiniano, e tinha o seu salário pago pelo governo da Província de São Paulo.

A partir de 1880, ocasião em que Guarulhos se emancipou, o município passou a compartilhar a Educação pública com o Estado, por meio do Conselho de Instrução do Município, embora a primeira escola da prefeitura fosse somente implantada em 1958. O referido Conselho, instituído em 1887, até 1958 tinha a função de inspecionar as escolas e emitir relatórios para o governo provincial e a Câmara Municipal.

Ainda, segundo o autor, no Centro de Guarulhos, em 1889, já existia duas salas de aula, uma masculina e outra feminina:

Desde os primeiros anos de vida municipal, existiram na 'Vila' da Conceição [Centro de Guarulhos] uma classe masculina e uma feminina, bem como na Capela do Bom Sucesso, no Bairro de Itaverava [Itaberaba], na Ponte Grande, e no Bairro do Lageado etc. (Noronha, op cit., p, 94).

Era comum a divisão das salas entre meninos e meninas, nunca estabelecidas na mesma escola. Posteriormente, surgiram as Escolas Reunidas que, em uma mesma edificação, passaram a abrigar as salas de ambos os sexos.

Segundo Campos, Oliveira e Ferreira (2013), no relatório do inspetor de ensino local, apresentado á Câmara em 1889, consta apenas duas escolas em funcionamento: a escola masculina da Capela do Bom Sucesso, com 24 alunos, regida pelo Profº Estevam Dias Tavares e a escola masculina da "Vila", com 27 alunos, regida pelo Profº Bernardino Athanasio Ourique de Carvalho. As demais estavam suspensas, por não terem o mínimo de 16 educandos, inclusive a escola feminina da Vila – Centro de Guarulhos.

De acordo com o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, entre 1908 e 1909, havia 4.550 habitantes em Guarulhos, 650 em idade escolar, 139 matriculados em escolas públicas (ainda não havia particulares), cujas escolas do sexo masculino eram a de *Bom Sucesso* e da *Villa* (centro de Guarulhos), as do sexo feminino na *Villa* e *mixtas* em *Bom Sucesso* e na Ponte Grande, ou seja, 78,7% da população em idade escolar não frequentavam a escola. No Anuário, entre 1909 e 1910, havia 127 alunos matriculados, no ano de 1922 eram 602 e em 1923, 749, (SÃO PAULO, 1910).

Diante do aumento da demanda por vagas nas escolas no centro, surge a necessidade da criação de um grupo escolar que atendesse aos moradores da região. Em 16 de junho de 1913, um grupo de cidadãos representativos como o Padre Celestino Gomes de Oliveira Figueiredo, Túlio Brancalone, José Maurício de Oliveira, José Esperança da Conceição, Francisco Florindo da Assis, Leopoldo Paperine, Marcelino José da Silva, João Basílio Tavares e o professor Júlio de Oliveira Penna e Artur Marret, solicitou ao então prefeito da época Capitão Gabriel José Antônio, a doação de um terreno com a finalidade da construção de uma escola pública. O projeto de criação do grupo escolar foi levado então a Diretora Geral da Instrução Pública. Entretanto, naquele momento, a proposta foi recusada em função da insuficiência de dados do município. De maneira informal, a Escola Reunidas de Guarulhos foi implantada, em 1921, na Rua São Paulo, atual João Gonçalves. Posteriormente, em 1926, foi oficializado e formalmente inaugurado como Grupo Escolar, conforme assinalado no mapa da figura 01.

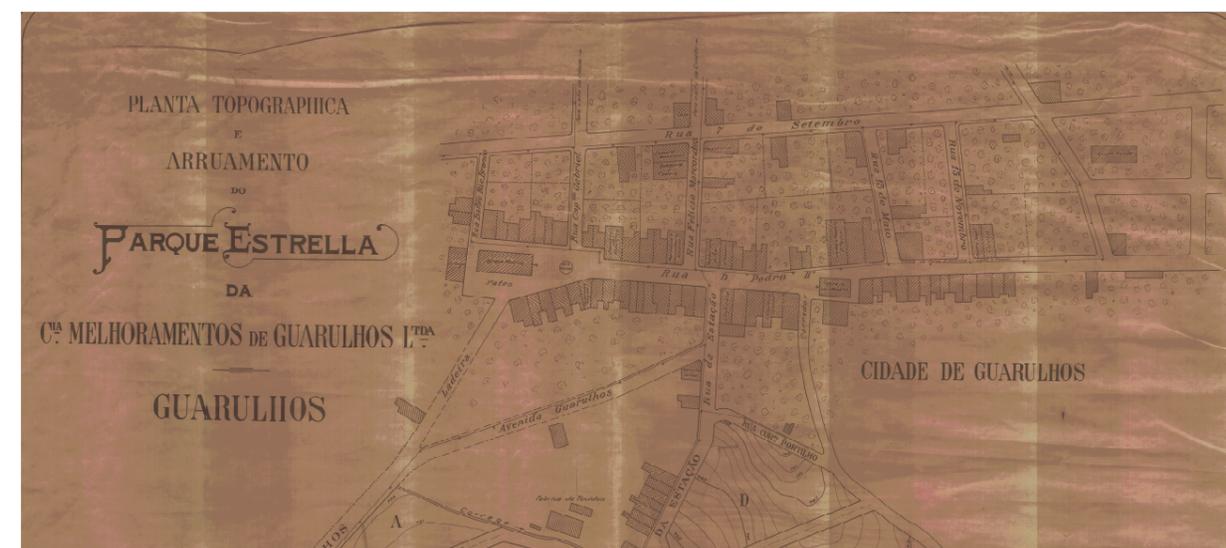


Figura 01. Mapa de 1926, o grupo escolar na rua João Gonçalves, paralela à rua 15 de novembro. Fonte: Guarulhos (1926).

Em decorrência da necessidade de abertura da rua Luiz Faccini, que foi implantada no centro da quadra compreendida pelas ruas João Gonçalves e a atual rua Presidente Prudente, a escola foi transferida para a atual localização, na esquina das ruas Capitão Gabriel e Gabriel Machado.

A inauguração da pedra fundamental foi em 22 de janeiro de 1932 e a implantação da edificação em 1 de julho de 1935, com o nome de Capitão Djalma Dutra. Sua construção foi inspirada em estilo neocolonial, do qual será tratado posteriormente.

Em 10 de julho de 1947, a escola foi renomeada para Grupo Escolar Capistrano de Abreu em homenagem ao historiador, investigador e interpretador da História Brasileira, João Honório Capistrano de Abreu, nascido em 1823 no Ceará. Foi também autor de obras importantes para a historiografia nacional, tais como *Capítulos da História Colonial, 1500-1800* e *O Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*.

A escola, cuja nomenclatura era, até 2002, Escola Estadual de Primeiro Grau (E.E.P.G.) Capistrano de Abreu, passou para Escola Estadual (E.E.) Capistrano de Abreu, por meio do decreto estadual nº44.449.

Foi tombado mediante o Decreto Municipal nº 21.143, em 26 de dezembro de 2000, o qual abrangeu também a Casa do Ex-prefeito José Maurício de Oliveira Sobrinho, Antigo Paço Municipal e a Praça Getúlio Vargas, considerados referências culturais do ponto de vista do Patrimônio Histórico, localizados no centro de Guarulhos.

Esses patrimônios edificados, dotados de contexto histórico e laços afetivos, representam lugares de profundo valor simbólico e de referencial aos milhares de guarulhenses.

2. Contexto urbano e envoltório

Com cerca de 320 km², o município de Guarulhos se localiza a uma distância aproximada de 15 km da capital paulista e na porção nordeste da Região Metropolitana de São Paulo. Esta região é composta por 39 municípios, na qual vive uma população superior a 22 milhões de habitantes, segundo IBGE (2015), sendo uma das maiores conurbações urbanas do mundo. Nesse sentido, as características do município estão intimamente relacionadas com a região metropolitana, pois Guarulhos é um componente fundamental nas relações sociais, políticas, econômicas e ambientais para além de seus limites geográficos.

A Escola Capistrano de Abreu está localizada no centro histórico de Guarulhos, região que, assim como a maioria das grandes cidades dos países em desenvolvimento sofreu, nas últimas décadas, um processo de esvaziamento e degradação em suas áreas centrais.

Em 1913, a Câmara Municipal de Guarulhos autoriza a abertura de novas ruas no centro, como por exemplo, as atuais Cerqueira Cesar, Felício Marcondes, João Gonçalves, Capitão Gabriel, Coronel Portilho, Sete de Setembro, entre outras. O sistema de eletrificação chega da Capital, em 1914, pelo caminho da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1915, foi implantado o ramal de Guarulhos da Estrada de Ferro da Cantareira ou Tramway da Cantareira, no percurso do atual Anel viário, com as estações Vila Galvão (1915), Vila Augusta (1915 ou 1916), Torres Tibagi (1931), Gopoúva (1922), Guarulhos – na atual Praça IV Centenário – (1915), Cumbica (1947). A linha férrea impulsionou a ocupação urbana ao longo do seu trajeto, conforme mostra a figura 02. Anteriormente a isso, as áreas com maior densidade populacional estavam na região do centro histórico, compreendido entre as ruas D. Pedro II e Sete de Setembro, composto também por ocupações isoladas, sedes de fazendas, sítios e chácaras. No começo do século XX, Guarulhos possuía uma área urbana incipiente, conforme figuras 01 e 02.

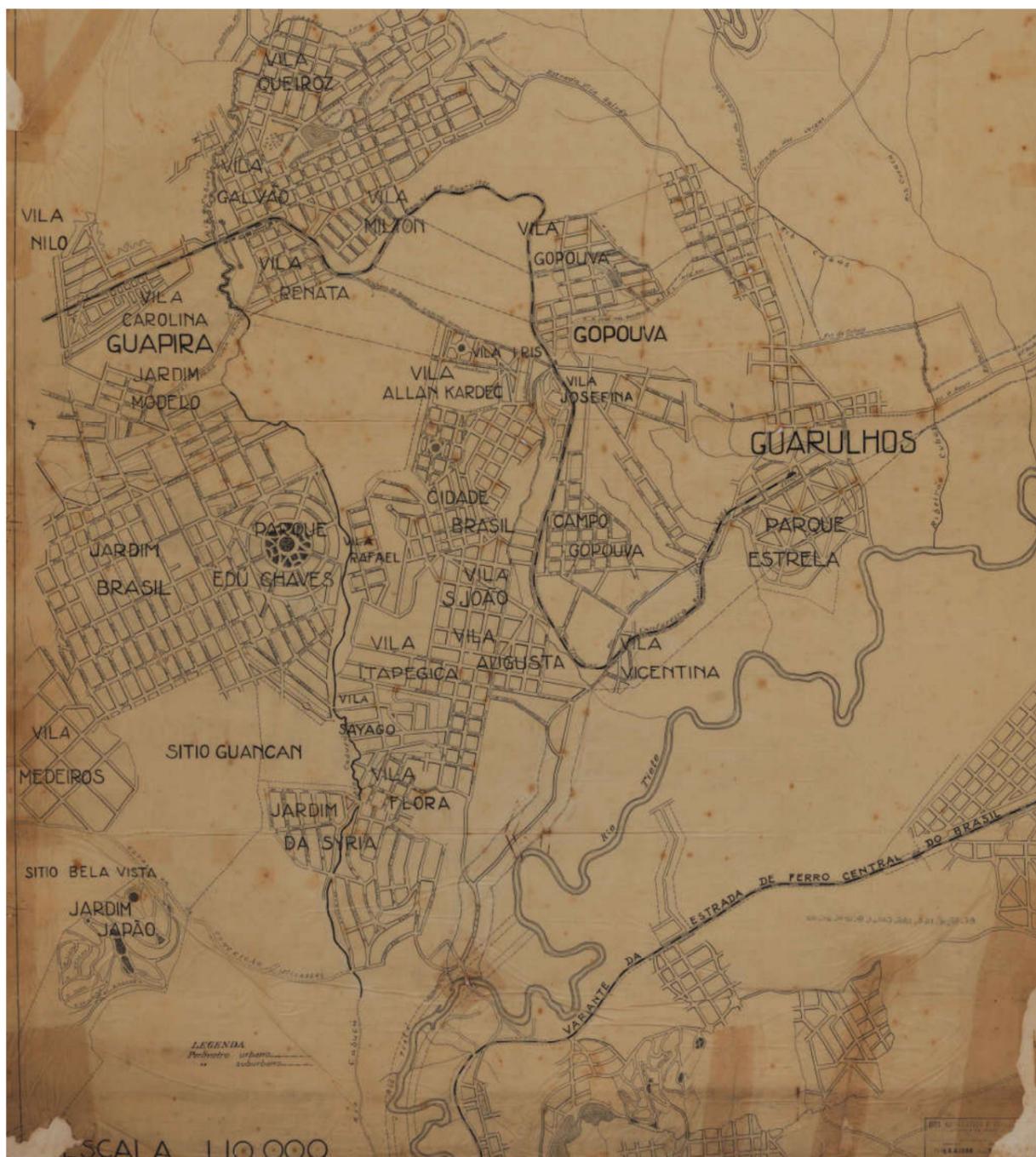


Figura 02. Mapa s/d (entre 1931 e 1947), centro expandido com a Estrada de Ferro. Fonte: IGG, S/D.

Atualmente, o centro histórico se caracteriza por usos comerciais e de serviços, conforme mostra a figura 03. A verticalização em Guarulhos foi tardia, tendo um dos seus primeiros edifícios construídos em 1960, o Nahim Rachid, localizado também na Rua Capitão Gabriel. A figura 04 evidencia a situação atual do gabarito de altura do entorno da escola.



Figura 03. Mapa de uso e ocupação do solo.

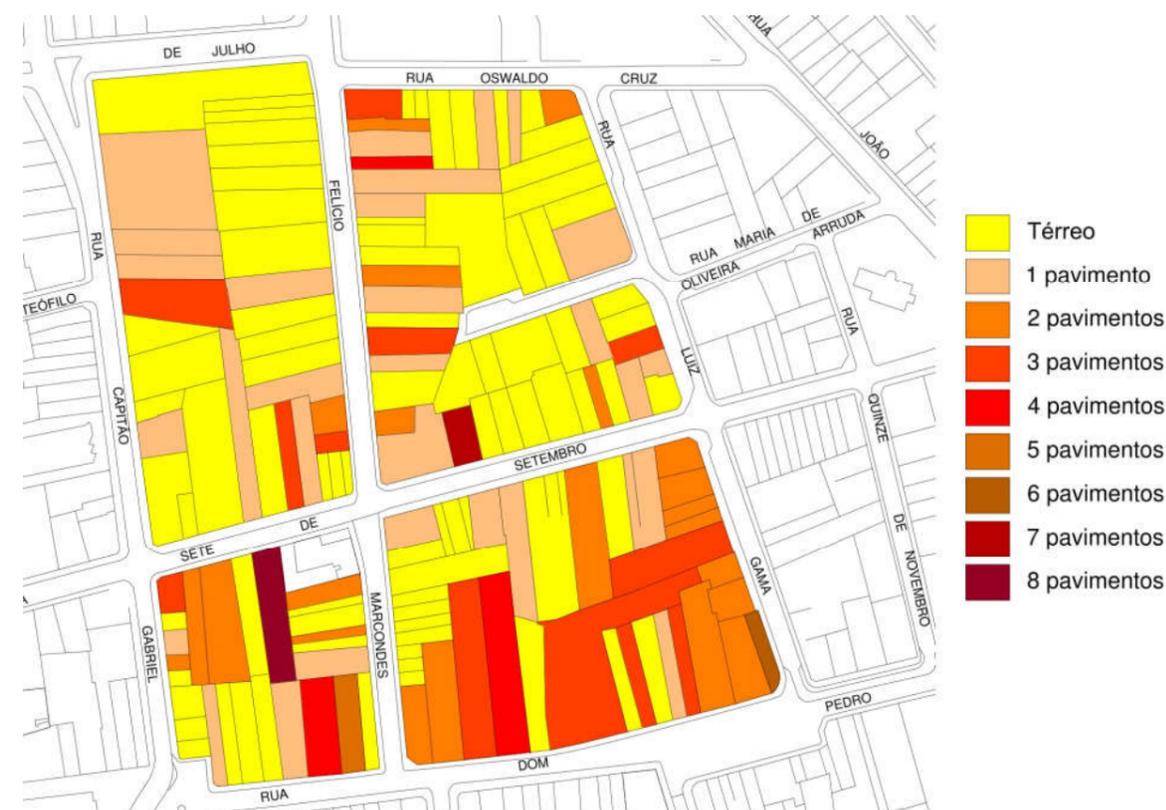


Figura 04. Mapa de gabarito de altura.

3. Características gerais

O Colégio Capistrano de Abreu é constituído por seu corpo original, de 316m², e ampliação realizadas ao longo do tempo, das quais serão descritas no capítulo 5. É justamente o corpo principal, e original, que é objeto de tombamento, por se tratar de um documento com aspectos históricos relevantes. Trata-se de um exemplar da arquitetura neocolonial, estilo arquitetônico vernacular que surgiu em São Paulo, entre a década de 1910 e 1940, no contexto do nacionalismo brasileiro, impulsionado pela Semana de Arte Moderna de 1922. Inspirado nas vanguardas europeias procurava encontrar uma identidade genuinamente nacional, em oposição ao ecletismo, muito presente em São Paulo. Os principais idealizadores do movimento foi Ricardo Severo, Lucio Costa (no início de sua carreira) e Victor Dububras.

O Colégio Capistrano de Abreu, implantado na esquina das ruas Capitão Gabriel e Gabriel Machado, foi inaugurado em 1935, época em que há registros de edificações deste estilo em Guarulhos (complexo arquitetônico da Base Aérea de São Paulo) e uma residência na rua Felício Marcondes, centro.

O principal elemento característico da arquitetura neocolonial no colégio é a presença do frontão sinuoso que coroa a entrada principal. No centro do frontão um escudo cego. Possui telhado de quatro águas que, originalmente, era constituído de telhas marsehesas. Com beirais em todas as fachadas. Uma característica bastante corrente até o início da segunda metade do século XX, tanto nas edificações neocoloniais, neoclássicas, ecléticas e vernacular em São Paulo é a sua constituição composta de tijolos maciços, assentados com cal e areia, sendo a amarração dupla nas paredes externas e simples nas internas, presença de porão, que garante melhor conforme térmico, pois evita a umidade ascendente nos ambientes internos. Os pisos entre o porão e o térreo, compostos de barrotes de vigas de madeira, 0,17 X 0,07 m, que, além de dar suporte ao assoalho, este assentado perpendicular àqueles, promovem uma estabilização estrutural, juntamente com as paredes. Nas fachadas norte e sul encontramos um par de gateiras destinadas a garantir a circulação de ar do porão.

A edificação original possui planta retangular de aproximadamente 20,0 m, na Rua Gabriel Machado, por 15,0 m, na Rua Capitão Gabriel. Sua planta é articulada por um corredor central que liga a entrada principal, leste, com o acesso ao pátio nos fundos, oeste. Ao longo do corredor estão as salas de aula e de apoio administrativo/pedagógico. As salas possuem assoalho de madeira e o corredor central é composto por piso tipo granilite.

As fachadas, leste e oeste, simétricas possuem envasaduras que estabelecem um ritmo proporcional e constante, resultado de um processo evolutivo da arquitetura colonial.

A fachada principal, leste, possui seis caixilhos basculantes, constituídos de perfis metálicos “T” e cantoneiras. As portas são constituídas de madeira, sendo a principal, com bandeira. As envasaduras são marcadas por barrados e padieiras de argamassa cimentícia. A padieira que coroa da porta, no centro da fachada, é em arco rebatido, com cornija, figura 05.



Figura 05. Fachada principal. Fonte: acervo próprio.

A descrição dos demais espaços edificados não originais é apresentada no capítulo 5.

4. Levantamento métrico atual

O levantamento métrico foi realizado *in loco* pelas alunas-voluntárias de arquitetura, Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes, entre os meses de outubro e novembro de 2017. Esse processo, entretanto, apresentou dificuldades consideráveis. Foi realizado um primeiro contato telefônico com o diretor do Colégio, no qual foi informado que se tratava de uma ação do Departamento de Manutenção de Próprios da Educação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Guarulhos, decorrente de uma ação judicial que determina que a prefeitura realize os inventários dos bens tombados do município, além do fato de que a coordenação do trabalho estava a cargo do vice-presidente do Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural. Embora tenha sido agendada a vistoria com o diretor no Colégio, as alunas-voluntárias foram impedidas de realizarem o levantamento por ele no dia combinado, além de relatarem terem sido desqualificadas pelo fato de serem estagiárias.

Posteriormente, juntamente com as alunas, a coordenação do projeto de inventário se dirigiu ao Colégio, sendo recebidos pela vice-diretora que entendeu a situação e nos atendeu cordialmente, permitindo, assim, o levantamento. Na ocasião o diretor não se encontrava.

No mês de fevereiro de 2018, houve a necessidade de retorno para aferição e término do levantamento. Entretanto, fomos impedidos de realizar o trabalho pela nova vice-diretora, apesar das devidas identificações, com crachá da prefeitura, inclusive.

Nesse sentido, as medidas externas foram comprometidas, embora a edificação principal teve seu levantamento pleno realizado em 2017.

Essa é uma triste realidade, principalmente no que se refere às escolas tombadas. Diretoras (es) e/ou vices consideram-se proprietários do bem público, embora, no caso de um bem tombado, a lei municipal 0657/2009, em seu art. 30 determina que:

Art. 30. Periodicamente, a Secretaria Municipal de Cultura, em conjunto com o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Guarulhos, fará vistoria nos bens móveis e imóveis tombados, indicando e acompanhando os serviços, restauros ou obras que deverão ser executados.

Parágrafo único. Os proprietários ou responsáveis dos bens tombados e dos localizados nas respectivas áreas de entorno não poderão criar impedimentos, obstáculos à inspeção, sob pena de multa, elevada ao dobro em caso de reincidência.

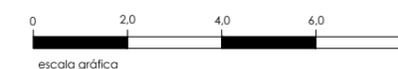
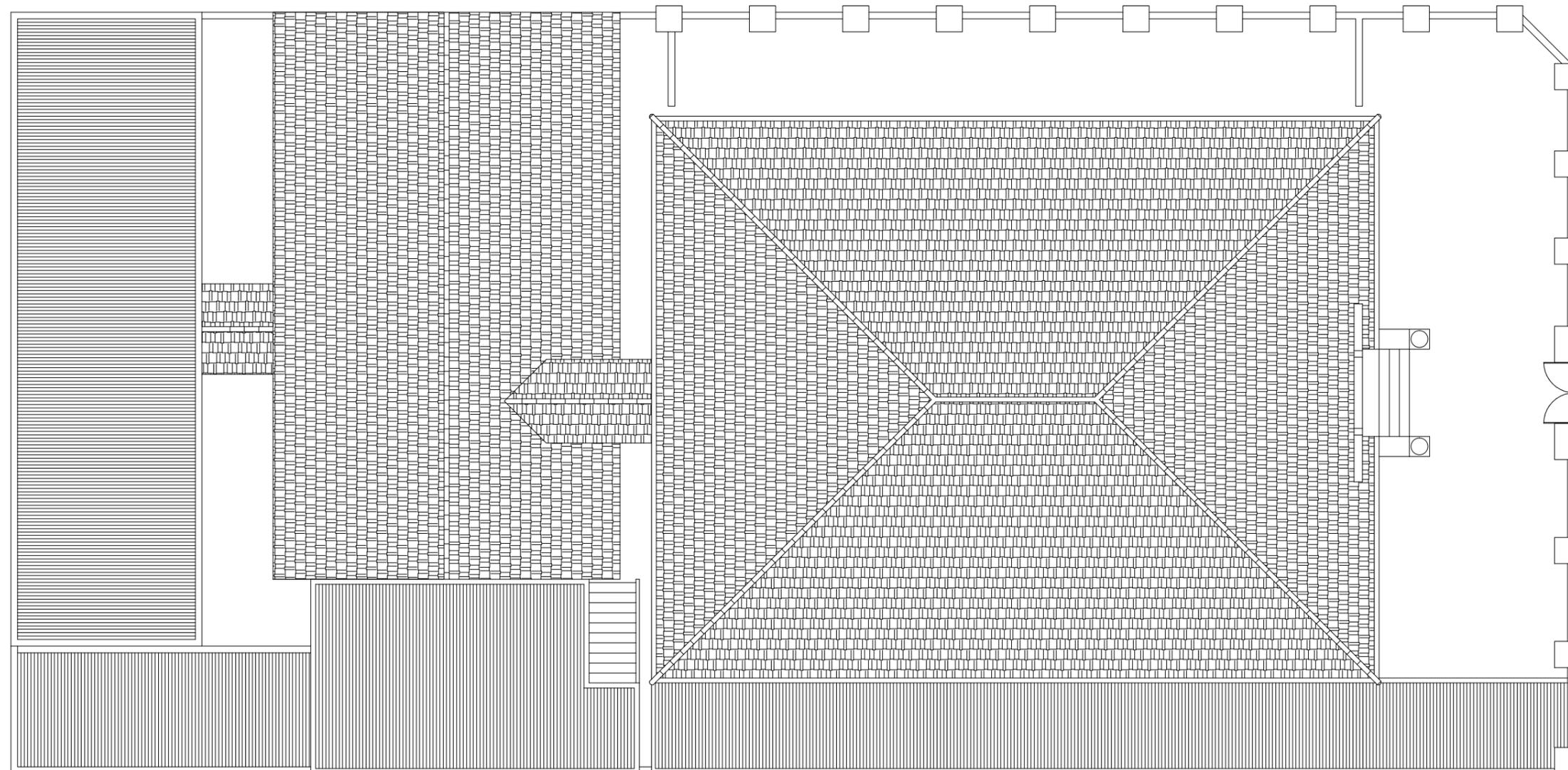
Ademais, intervenções arbitrárias no Colégio, sem o conhecimento e aprovação do Conselho, são realizadas sistematicamente, conforme será evidenciado no capítulo 5.

O levantamento apresentado a seguir é composto por plantas, cortes, fachadas e as tipologias das esquadrias.

As esquadrias, somente consideradas as da edificação original, são compostas por 20 caixilhos basculantes de perfil metálico, cantoneiras e “Ts” de uma polegada, com cinco básculas, todas em bom estado de conservação e de funcionamento. As portas originais de madeira são de duas tipologias, sendo duas almofadadas de duas folhas, com postigo composto por volutas e bandeira envidraçada, nas entradas leste e oeste, P1 e P8. A segunda tipologia é composta por portas almofadadas, empenas cegas inferiores e caixilhos na parte superior, compartimentada em nove porções envidraçadas, correspondendo às portas dos ambientes internos, salas de aula, diretoria e secretaria, P2, P3, P4, P5, P6, P7 P9, P11, P12 e P13.

Uma das portas originais, P10, foi substituída por uma de chapa metálica. Os funcionários do Colégio não souberam informar quando foi substituída e onde está a original.

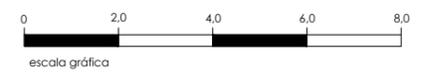
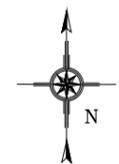
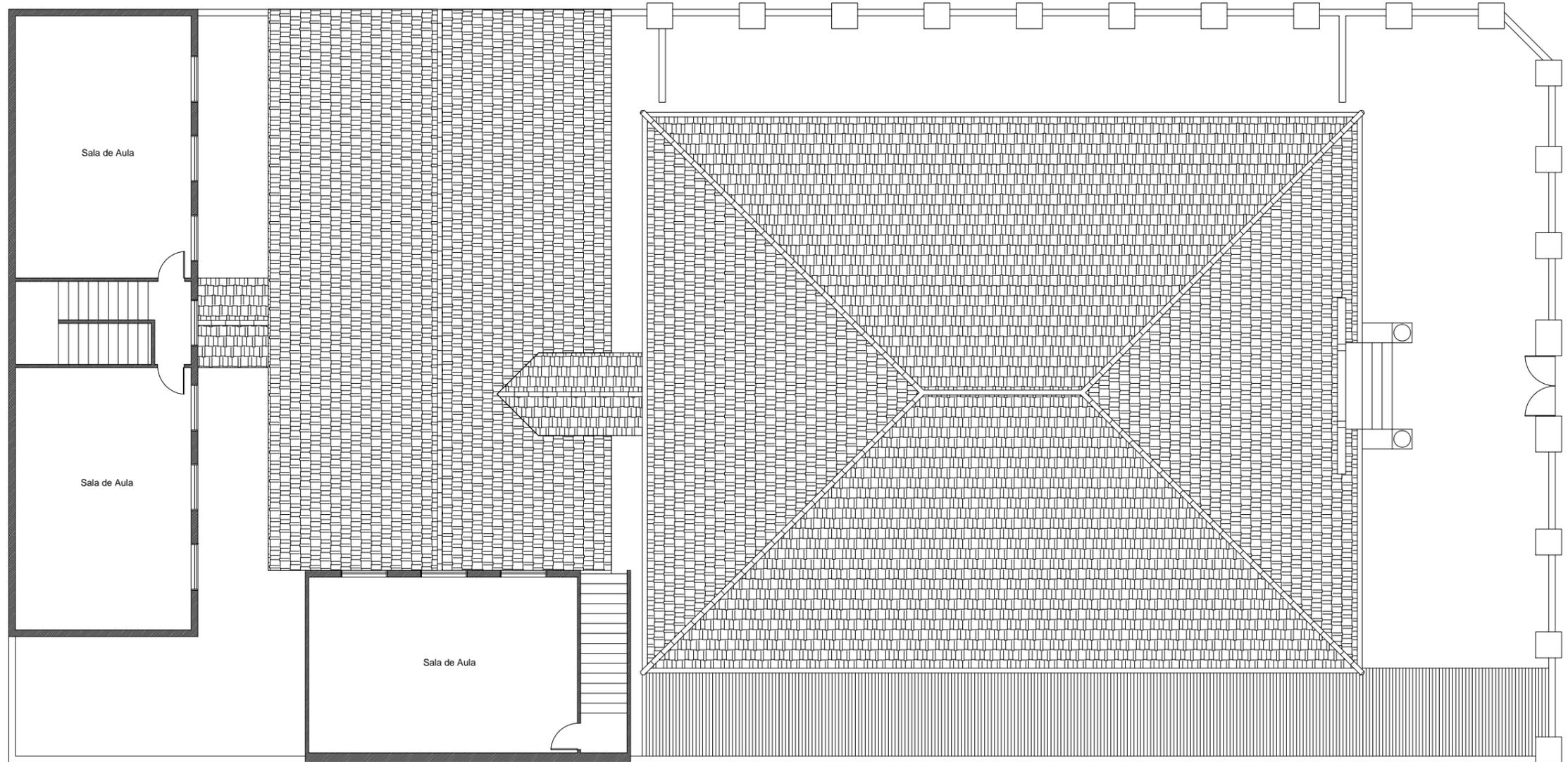
Por fim, a P7 é uma porta não original, de madeira, inserida posteriormente, destinada a separar o ambiente interno do Colégio com a área de atendimento da secretaria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

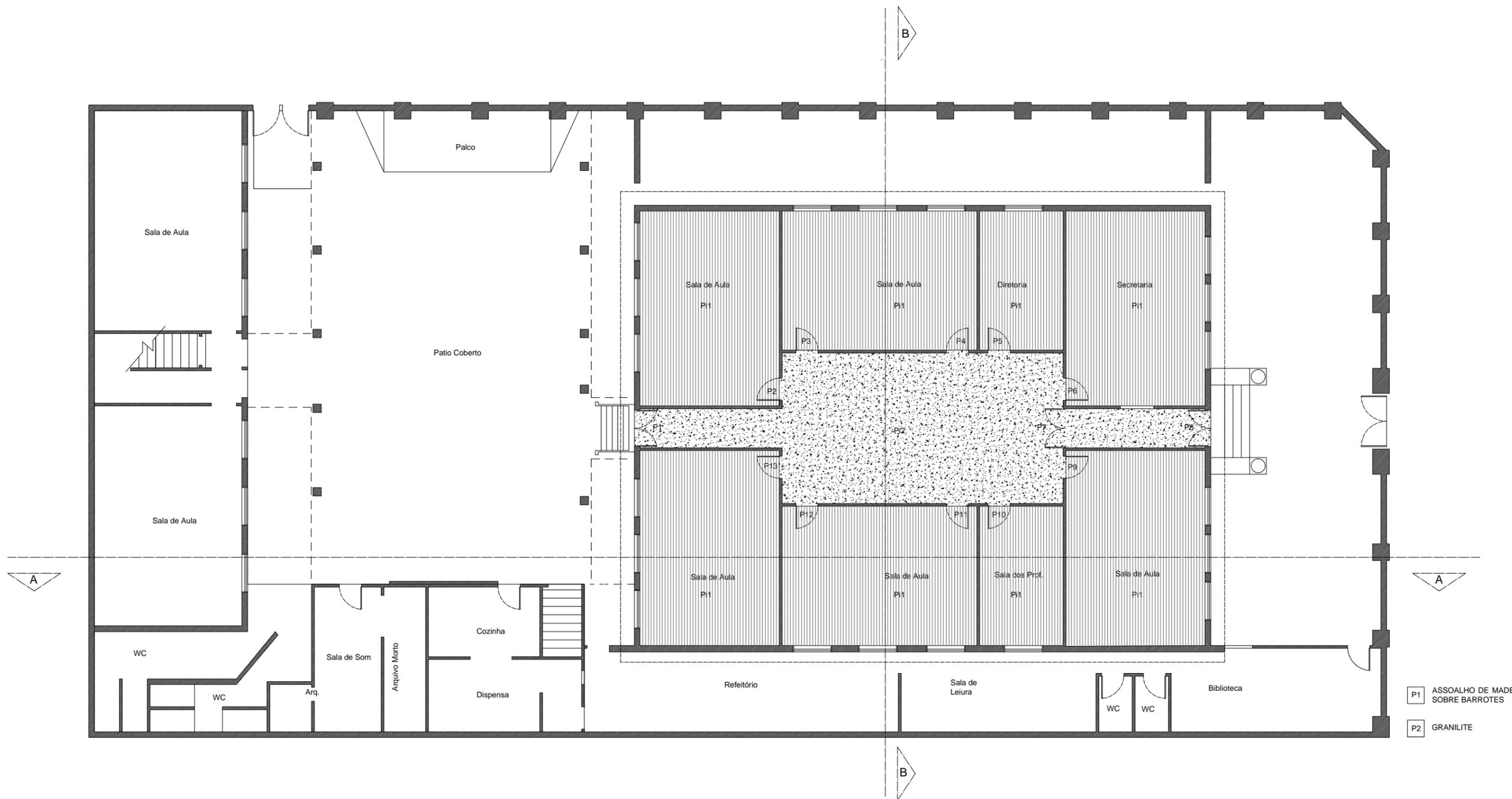
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Planta de cobertura	ESCALA: 1:125	FOLHA: 9
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	



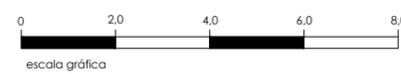
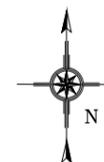
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Planta pavimento superior	ESCALA: 1:125	FOLHA: 10
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	



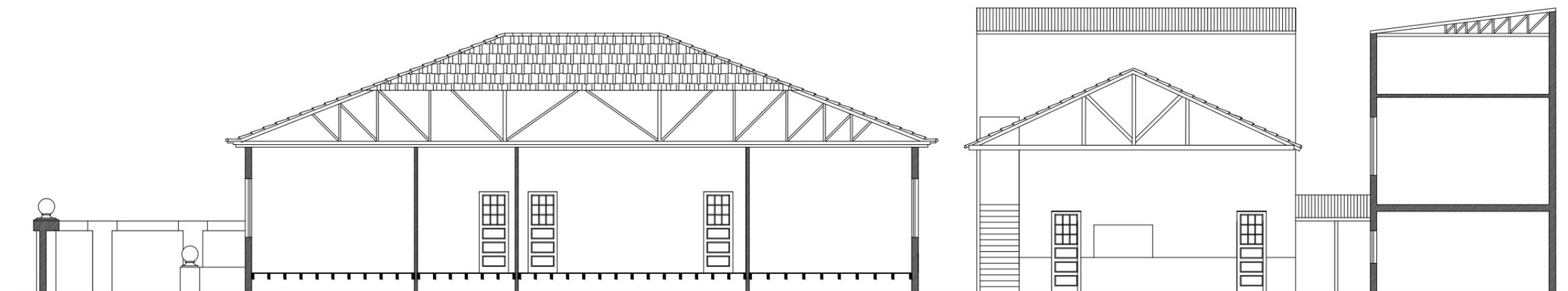
- P1 ASSOALHO DE MADEIRA SOBRE BARROTES
- P2 GRANILITE



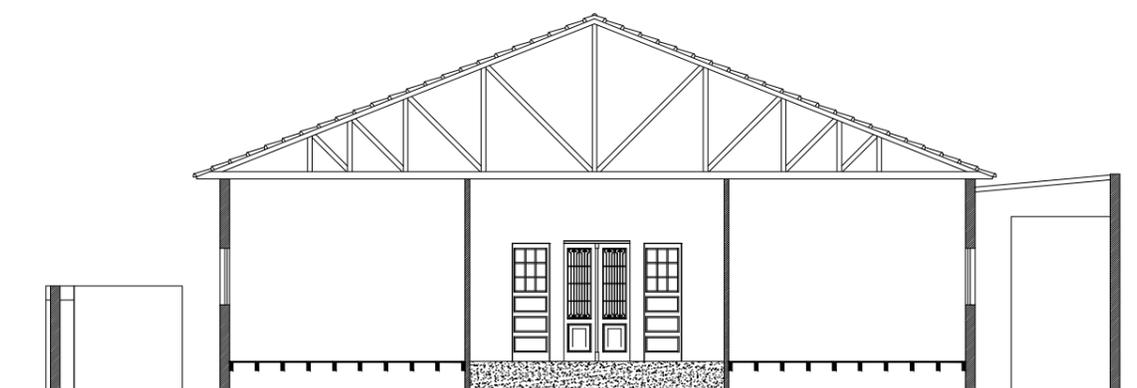
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

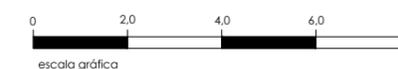
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Planta pavimento térreo	ESCALA: 1:125	FOLHA: 11
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	



CORTE A A



CORTE B B



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

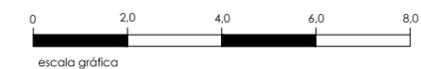
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Cortes A A e B B	ESCALA: 1:125	FOLHA: 12
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	



Fachada leste sem o muro



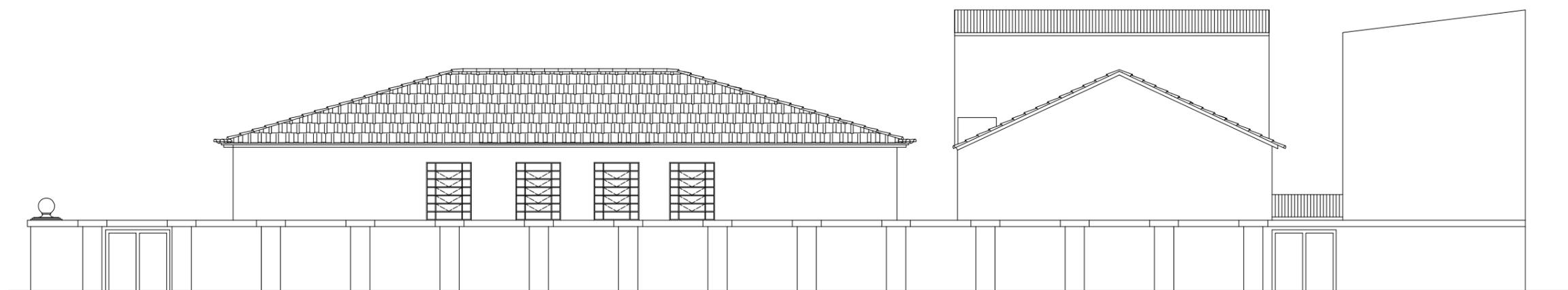
Fachada leste com o muro



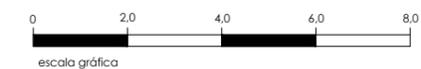
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Fachada leste	ESCALA: 1:125	FOLHA: 13
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	



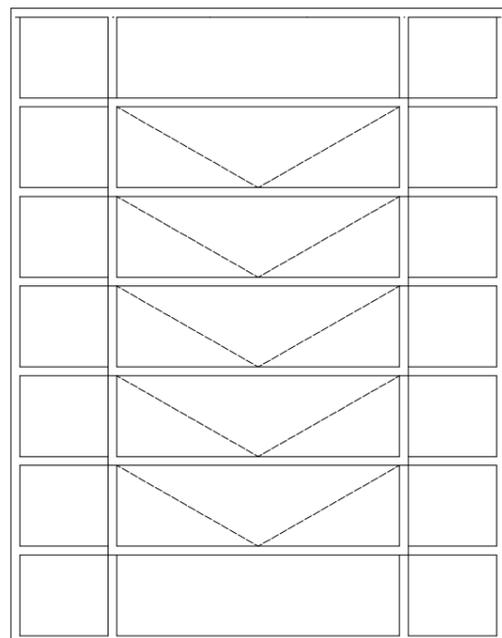
Fachada norte



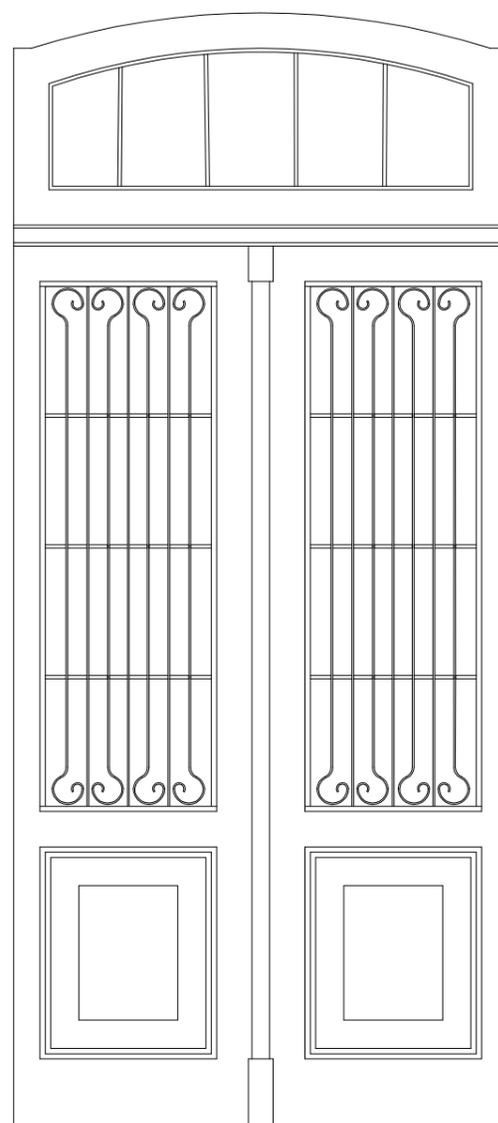
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

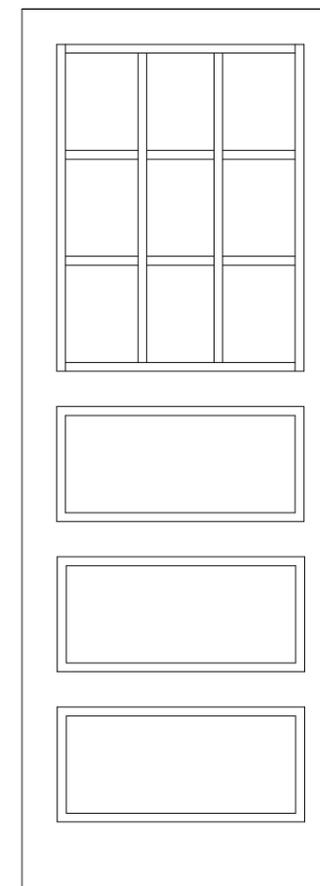
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Fachada norte	ESCALA: 1:125	FOLHA: 14
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	



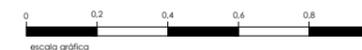
Caixilho basculante



Porta duas folhas



Porta uma folha



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – COLÉGIO CAPISTRANO DE ABREU

ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: Esquadrias	ESCALA: 1:20	FOLHA: 15
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos	Colaboração Bruna Heloisa da Silva Barbosa, Bruna Mayara Ribeiro Costeira e Larissa Lucindo Fernandes	DATA: out/nov 2017 jan 2018	

5. Alterações arquitetônicas ao longo do tempo

O Colégio Capistrano de Abreu possuía, originalmente, uma área construída de 366,7 m². Na década de 1950, em decorrência do aumento de demanda por vagas, foi construído uma edificação anexa, em forma de “L”, com pavimento térreo e superior, incrementando a área útil em mais 335,7 m², e, na ocasião, foi construída, também, uma cobertura de madeira, com duas águas e telhas cerâmicas, figura 06.



Figura 06. Recorte da foto panorâmica de 1958, evidenciando as edificações anexas ao corpo original. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.

Posteriormente às alterações da década de 1950, foi implantada cobertura de fibrocimento entre o muro de divisa do lote e da parede de vedação da edificação original na fachada sul, destinado ao abrigo de sanitários e um refeitório.

Embora não esteja explícito, no Decreto Municipal nº 21.143/ 2000, quais elementos incidem o tombamento, não há dúvidas de que a composição original do Colégio, a edificação, com seus elementos arquitetônicos constituintes, e o muro, são os que estão protegidos. Por outro lado, os demais elementos fazem parte da área envoltória, necessitando a autorização do Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Guarulhos.

As intervenções descritas anteriormente tiveram um caráter de adições. Posteriormente, o muro nos limites do lote sofreram alterações em sua geometria. Originalmente era composto por uma sequência de pilastras coroadas por cornijas de três níveis e dimensões. Ligando as pilastras havia uma mureta de cerca de trinta centímetros de altura e, acima, uma sequência

de três balaústres de madeira dispostos horizontalmente, figura 7. O portão era de madeira, de duas folhas e arco rebatido, composto por duas folhas cegas embaixo e duas do tipo muxarabis.



Figura 07. Foto da fachada original. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos (S/D).

Ao longo dos anos o muro sofre alterações em sua geometria. As cornijas que coroavam as pilastras foram demolidas, os balaústres de madeira retirados e completados os vazios com alvenaria aumentando, inclusive a altura do muro. Por fim, o portão de madeira foi substituído por outro de metal, como pode ser observado na figura 05, capítulo 03.

Todas as intervenções descritas anteriormente foram realizadas antes de seu tombamento. As intervenções realizadas posteriormente ao Decreto Municipal nº 21.143/2000 e de grande frequência se relaciona à pintura da edificação, todas à revelia do Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Guarulhos, em desrespeito ao Decreto de tombamento e todas as legislações que se relacionam aos bens tombados. De um modo geral, as pinturas são realizadas na frequência de mudança da gestão do colégio.

Atualmente, possui, no muro, pintura de múltiplas cores, com desenhos infantilizados, figura 08 numa afronta gritante aos seus aspectos estéticos e históricos. Nas fachadas do edifício foi aplicado grafiato na cor azul. A atual gestão, ainda, implantou uma placa de policarbonato azul com o nome da escola emoldurando a porta principal, figura 09.



Figura 08. Fachada atual com desenhos infantilizados. Fonte: Acervo Histórico.



Figura 09. Moldura azul em policarbonato emoldurando a porta principal. Fonte: acervo próprio.

Importante destacar a existência de piso granilite na circulação da edificação principal, sendo que as demais salas possuem sistema de barrotes e assoalho de madeira, indicando que a porção central sofreu aterro, com a aplicação de contrapiso e granilite.

6. Estado geral de conservação

Considerando apenas os elementos arquitetônicos que se pretende preservar, edificação original, de um modo geral, a alvenaria está íntegra.

Os assoalhos de madeira estão íntegros. Na parte do aterro havia, provavelmente, barrotes assentados no solo nú, como era comum em edificações sem porão, e assoalhos com a mesma disposição do resto do salão. Esse tipo de condição provocava a rápida degradação dos barrotes, o que forçava sua troca. Certamente em uma das ocasiões, o assoalho e barrotes foram removidos definitivamente e feito contrapiso de concreto e cerâmica.

As esquadrias originais de ferro apresentam um bom estado de conservação e de funcionamento, conforme abordado anteriormente.

7. Diretrizes para futuras e possíveis intervenções

No Brasil e em diversos países, com exceção da Itália, principalmente, as diretrizes para as intervenções em bens tombados carecem de normativas legais, em âmbito federal. De um modo geral, os procedimentos são embasados nos princípios encontrados na Carta de Atenas, 1964, e na Carta de Restauo, 1972, esse último, resultado das contribuições do italiano Cesare Brandi (1906-1988).

É comum legislações no Brasil no âmbito municipal, especialmente os códigos de obras, estabelecerem uma visão equivocada e até contraditória do conceito de preservação, conservação, consolidação e restauração.

Do ponto de vista conceitual, no Brasil, podemos destacar a portaria do IPHAN nº420/2010, em seu art. 3º:

VII – Restauração: serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções. (BRASIL, 2010).

A portaria em questão, no entanto, destina-se a estabelecer procedimentos administrativos, nos pedidos de intervenção em bens tombados no IPHAN, e não para estabelecer procedimentos de intervenção física.

De qualquer maneira, a portaria reafirma a definição de restauração, baseada na Carta de Veneza, 1964, na qual:

Art. 9º O restauro é um processo que deve manter um caráter excepcional. O seu objetivo é a conservação e o destaque dos valores formais e históricos do monumento, e baseia-se no respeito pela substância artística, bem como na documentação autêntica. O restauro deve ser detido onde comecem as hipóteses: no plano da reconstrução conjectural, qualquer trabalho de complementação, reconhecido como indispensáveis por vazões estéticas e técnicas, deve-se poder distinguir de um projeto arquitetônico e deve ser portador da assinatura da nossa época. (UNESCO, 1964).

A portaria 420/2010, ainda, em seu art. 5º, parágrafo primeiro, estabelece que qualquer tipo de intervenção física em um bem tombado, com exceção à manutenção, deve ter caráter de restauração:

§ 1º As intervenções caracterizadas como Reforma/Construção nova (inciso II), quando tiverem de ser realizadas em bens tombados individualmente, serão enquadradas na categoria Restauração (Inciso III). (BRASIL, 2010).

Na ocasião de falta de elementos arquitetônicos que descaracterizem sua unidade, deve-se restabelecê-los com materiais distintos dos originais, conforme art. 12 da Carta de Veneza:

Art. 12. Os elementos destinados a substituírem as partes em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, no entanto, distinguindo-se das partes originais, para que o restauro não falsifique o monumento, e para que permaneçam respeitadas, quer a exigência estética, quer a histórica. (UNESCO, 1964).

E, ainda, a reconstrução plena, com materiais que não sejam os originais, mesmo que idênticos, não opera na qualidade de restauração. Ou seja, reconstrução, nessa situação, não é restauração, pois perde seu componente histórico e artístico, portanto, deixa de ser considerado um bem tombado, conforme art. 15 da Carta de Veneza:

Art. 15. [...] Deve ser excluída, *a priori*, qualquer trabalho de reconstrução, sendo apenas considerada aceitável a *anastilose*, ou seja, a recomposição das partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração devem ser sempre reconhecíveis e limitados ao mínimo que seja necessário, para se garantir a conservação do monumento e para se restabelecer a continuidade das suas formas. (UNESCO, 1964).

Os princípios presentes na Carta de Veneza, 1964, foram ampliados pela Carta do Restauo, 1972, da qual subsidiou a legislação italiana e teve como seu principal idealizador Cesare Brandi:

Art. 4º [...] entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes. (ITÁLIA, 1972).

A Carta do Restauo, 1972, ainda, em seu anexo “b”, apresenta uma série de diretrizes para restauros arquitetônicos, como é o caso da Casa do ex-prefeito José Maurício de Oliveira, e que deve ser consideradas nas futuras intervenções, além da Carta de Atenas, 1964, e demais normativas do IPHAN.

Esse conjunto de diretrizes apresentados pode ser sintetizado nas palavras de Cesare Brandi,

[...] a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço de passagem da obra de arte no tempo. Cesare Brandi (p.33, 2004).

Na busca de uma restauração que devolva a unidade potencial da obra (conceito de todo distinto de unidade estilística), não se deve com isso eliminar a veracidade do monumento, seja mediante uma falsificação artística ou de uma falsificação histórica. E, ainda:

[...] a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir [...] que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras. Brandi (p.47-48, 2004).

A restauração deve ser evitada ao máximo. Para tanto, é necessário que haja um processo de manutenção permanente. Uma das principais maneiras de garantir a preservação do bem tombado é lhe dar uso compatível com sua importância histórica e que não promova a aceleração de sua degradação física.

Durante a restauração é necessário o registro, descritivo/analítico e fotográfico antes, durante e depois.

Esses princípios, diretrizes e concepções devem ser respeitados, considerando cada situação, com especial atenção.

Embora se deva buscar não cometer um falso artístico nem um falso histórico, muito do modo de fazer da arquitetura do começo do século ainda é realizado, como exemplo os lambris de madeira usados em forros e outros trabalhos de carpintaria e serralheria.

Deve-se cessar a pintura arbitrária, realizar prospecção pictórica e recompor a cor original.

Em relação aos elementos arquitetônicos adicionados ao longo do tempo, deve ser considerada a remoção parcial, garantindo a readequação dos espaços na perspectiva de um uso compatível com conforto ambiental e harmonia estética.

Nesse sentido, possíveis intervenções no Colégio Capistrano de Abreu devem ser criteriosas, buscando uma linguagem arquitetônica do antigo com as lacunas existentes.

Considerando o estado de conservação do imóvel, a intervenção deve ser em nível de consolidação.

De um modo geral, devem respeitar três princípios básicos, de acordo com (KADLUCZKA ET AL., 2003):

Princípio da intervenção mínima – na aplicação técnica, mesmo que pouco invasiva e reversível, deve-se interromper um pouco antes da perfeição, evitando exceder-se ou exagerar-se;

Princípio da reversibilidade – intervir por adições ao invés de remoções. Cada adição é, efetivamente, removível, enquanto que o ato de remover é sempre irreversível;

Princípio da compatibilidade mecânica, química e física - o respeito pela compatibilidade entre materiais constituintes, originais, e os que forem adicionados por integração ou por reparação é uma condição que garante ao conjunto um comportamento homogêneo ao longo do tempo. Desta maneira, evitam-se as diferentes reações às solicitações decorrentes do ambiente e os consequentes fenômenos de deslocamento, de deslizamento diferencial, de estados de coação e/ou de sobrecarga localizada. Nessa situação, podem acelerar o processo de degradação e condições de insegurança.

Princípio da neutralidade espacial – as ampliações da área construída para novos usos poderão ser realizadas desde que se respeite a volumetria da edificação histórica. Deve haver um diálogo estético entre o antigo e o contemporâneo de modo que o recente não se sobreponha nem concorra esteticamente e volumetricamente com o histórico. A inserção de elementos novos deve ter uma relação de continuidade histórica entre o passado e o presente. Essa relação pode e deve subsistir. E, ainda, segundo Roberto Pane: a inserção de novas edificações, em conformidade com a linguagem arquitetônica contemporânea, será necessária e desejável, desde que procure integrar-se harmonicamente com o conjunto, objetivando enriquecer o diálogo entre as manifestações artísticas de diferentes épocas.

Princípio da compatibilização de novos usos com a importância do bem – um possível novo uso deverá ser compatível com as características do patrimônio, não os convertendo como meros receptáculos para o novo, mas sim permitindo a permanência das qualidades que efetivamente o configuram como um bem cultural: seus atributos históricos, estéticos e memoriais. Portanto, a busca de um novo uso é um meio para buscar a preservação e não a finalidade da intervenção.

Esses princípios, diretrizes e concepções devem ser respeitados, considerando cada situação, com especial atenção.

Referências

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico. *Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno*. Portaria nº 420/2010.

GUARULHOS. *Planta Topographica e arruamento do Parque Estrela da Cia. Melhoramentos de Guarulhos Ltda*. Guarulhos. Arquivo Histórico, 1926. 1 mapa, col. 1:1000. Guarulhos, 1926.

_____. *Tombamento do Patrimônio Cultural*. Decreto Municipal nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000.

IGG. Instituto Geográfico e Geológico. *Guarulhos*. Guarulhos. Arquivo Público do Estado de São Paulo, S/D. 1 mapa, col. 1:10.000. Guarulhos, S/D.

ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública da Itália. *Carta do Restauo*. Circular nº 117, 1972.

KADLUCZKA, Andrzej, et al. *Fundamentação teórica do restauro*, 2003. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/fundamentacao-teorica-do-restauro.pdf>. Acessado em 01/08/2017.

NORONHA. Adolfo de Vasconcelos. *Guarulhos cidade símbolo: 1560 – 1960*. Prefeitura Municipal de Guarulhos, 1960.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, entre 1908 e 1909*. São Paulo, 1910.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios - Carta de Veneza*, 1964.